O sesquicentenário de Dom Jerônimo Thomé da Silva

FERNANDO CÂMARA(*)

Dentre as efemérides verificadas no ano passado, destacamos uma que merece registro especial pela importância de sua personalidade, tanto na história eclesiástica do Ceará como do Brasil.

Trata-se do sesquicentenário de nascimento de D. Jerônimo Thomé da Silva, ilustre cearense de Sobral, que depois de integrar o clero de nosso Estado e de Pernambuco, como uma de suas expressivas figuras, foi alçado às honras episcopais, primeiramente como Bispo do Pará, e depois como Arcebispo Primaz da Bahia, sucedendo em ambas as capitais ao Imortal D. Antônio de Macedo Costa, um dos luminares da Igreja do Brasil e conhecido também como uma das vítimas da "Questão Religiosa".

Na relação dos 34 cearenses que até hoje fizeram parte do Episcopado brasileiro, D. Jerônimo figura como o terceiro nome a ser distinguido com esta honraria, ocupando durante trinta anos a mais antiga sede episcopal do Brasil, criada em 25 de fevereiro de 1551, pelo Papa Júlio III, através da Bula "Super Specula Militantis Ecclesiae", hoje Arquidiocese de São Salvador.

Observe-se, ainda, que os outros dois cearenses que o antecederam no Episcopado ocuparam, também, dois importantes Sólios Episcopais:

D. Manuel do Rego Medeiros, natural de Aracati, foi Bispo de Olinda e Recife, diocese criada em 14 de novembro de 1676, pela Bula Pontifícia "Inter Pastoralis Officci Curas", do Papa Inocêncio XI, e à qual pertenceu o nosso Ceará até o ano de 1854.

Já o segundo cearense promovido a bispo, D. Lino Adeodato Rodrigues de Carvalho, oriundo de Russas, ocupou a

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

mitra de S. Paulo como um dos de seus mais destacados Pastores. Sua sagração, a primeira realizada no Ceará, ocorreu na velha Catedral, em 9 de agosto de 1873, em solenidade litúrgica oficiada pelo nosso primeiro Pastor, D. Luís Antônio dos Santos.

Como bispo de São Paulo, D. Lino sagraria, anos mais tarde, Dom Joaquim José Vieira, sucessor de D. Luís na chefia da Igreja Cearense.

Feitos estes comentários, fixemo-nos, então, na figura de nosso homenageado, D. Jerônimo Thomé da Silva, cujo sesquicentenário de nascimento ocorreu no dia 12 de junho passado.

* * *

Natural de Sobral e membro de tradicionais famílias cearenses, Dom Jerônimo Thomé da Silva nasceu no dia 12 de junho de 1849, sendo filho de João Thomé da Silva, antigo Comandante da Guarda Nacional daquela cidade, e de Dona Maria da Penha Thomé da Frota. Seu pai, era também Comendador da Ordem de Cristo.

Um de seus irmãos, engenheiro João Thomé de Sabóia e Silva, foi Presidente do Ceará no quatriênio de 1916 a 1920.

O desejo de seus pais era vê-lo ingressar na Faculdade de Medicina, mas esta não era a sua vocação, preferindo ele seguir a carreira eclesiástica, viajando para a Europa, em 30 de abril de 1864.

Em Roma, matriculou-se no Colégio Pio Latino-Americano, fazendo um brilhante curso que lhe valeu ter a sua fotografia na galeria daquele tradicional estabelecimento de formação religiosa.

Doutorou-se em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana, em 1869 e 1872, respectivamente, recebendo a sua ordenação sacerdotal na Cidade Eterna, em 21 de dezembro deste último ano.

Retornou então ao nosso Ceará onde já o aguardava a nomeação para professor de Filosofia no Seminário da Prainha, cargo que exerceu até o ano de 1874, quando foi designado por D. Luís Antônio dos Santos para Secretário do Bispado cearense.

Atendendo convite de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Pernambuco, vai para Recife, passando a integrar o seu clero e exercendo diversas atividades: Professor de Italiano e Retórica no Ginásio Pernambucano; Promotor Eclesiástico do Bispado,

em 1877; capelão do Asilo de Mendicidade (1879-1889); e, por último, Governador do Bispado quando aquela diocese tornou-se Sede Vacante.

Sua indicação para o episcopado ocorreu, pela primeira vez, quando se tratou da escolha de um bispo coadjutor para a Bahia, mas o seu nome não foi aceito pelo Arcebispo daquele Estado.

Vejamos como isto aconteceu:

O então Arcebispo – Primaz da Bahia, D. Luís Antônio dos Santos, sentindo que o seu estado de saúde não permitia o pleno desempenho de suas atividades pastorais, requereu nos últimos dias do ano de 1887 ao Governo Imperial, na pessoa da Princesa Regente, a nomeação de um bispo coadjutor que o auxiliasse na administração de sua vasta arquidiocese.

O Barão de Cotegipe, Presidente do Conselho de Ministros, em resposta ao pedido do Pastor baiano, enviou o seguinte ofício, datado de 7 de janeiro de 1888:

"Exmo. e Revmo. Sr. D. Luís, Arcebispo da Bahia

Com o ofício de V. Exc. Revma., recebi o requerimento em que V. Revma. pede à Sua Alteza Imperial Regente a nomeação de um Bispo Coadjutor que possa exercer as funções Pontificais, que o estado de saúde de V. Excia. não lhe permite desempenhar.

Reconhecendo o Governo que só impossibilidade manifesta priva essa Arquidiocese dos cuidados e administração de V. Exc. Revma., trata de satisfazer a tão urgente necessidade.

A dificuldade está na escolha do sacerdote sobre quem deve recair a nomeação. Entendo que é prudente que seja nomeado coadjutor com futura sucessão, principalmente na ausência de Sua Majestade o Imperador; e portanto a escolha poderá recair em algum sacerdote clérigo secular ou regular que reuna, além da precisa ilustração, virtude incontestável, prudência e critério.

A Santa Sé o elevará Bispo im partibus, como é de praxe.

Terá aí V. Exc. Revma. algum clérigo que reuna essas qualidades?

É caso de consciência para V. Exc. Revma. e para o Governo.

Desejando eu acertar, peço iguais informações a outros Prelados, mas sem declarar com que fim.

Já me entendi com o Internúncio e estamos de acordo em promover a realização do justo desejo de V. Exc. Revma.

Felicitando a V. Exc. Revma. pelo novo ano, tenho a honra de subscrever-me com a maior consideração e respeito. – Barão de Cotegipe."

Radiante com a resposta do Barão de Cotegipe, D. Luís Antônio dos Santos tratou logo de fazer outra correspondência ao Presidente do Conselho dos Ministros:

"De posse da carta confidencial de V. Exc., só tenho que agradecer toda a bondade com que V. Exc. atende ao bem espiritual desta Arquidiocese.

Fico ciente de estar combinado com a Internunciatura a nomeação do Bispo Coadjutor, e quanto à pessoa sobre quem deva recair, não podendo assim de momento apontar uma que com segurança corresponda aos desejos de V. Exc. que mui felizmente são os mesmos da Santa Sé, louvo-me no que V. Exc. fizer de combinação com o Exmo. Internúncio, pois muito confio na retidão do juízo de V. Exc. e nos seus sentimentos para com a igreja de J. C. Com toda gratidão subscrevo-me. De V. Exc. amigo e servo.

+ Luís, Arcebispo da Bahia"

Conforme havia sido combinado, o Ministro Cotegipe enviou aos diversos bispos do Brasil uma circular, em caráter confidencial, solicitando nomes de sacerdotes "que reunissem as qualidades indispensáveis para ocuparem algum cargo da Igreja".

Na circular enviada ao bispo de Olinda, ele pediu ainda informações do futuro Cardeal Arcoverde:

"Informam-me que na diocese de V. Excia. Revma. existe um sacerdote distinto de nome José (aliás, Joaquim) Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque. Ele está no caso que figuro?"

Alguns bispos, embora reconhecendo a existência de virtuosos sacerdotes em suas dioceses, acharam melhor não apresentar nomes.

Outros, porém, responderam e indicaram candidatos.

O bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira, foi um deles e respondeu à circular com a seguinte carta:

"Exmo. Sr. Conselheiro Barão de Cotegipe

Tenho a honra de acusar recebida a carta confidencial, que se dignou V. Excia. dirigir-me, em data de 6 de janeiro do corrente ano, pedindo informar a V. Excia., com possível urgência, e com toda a franqueza, quais os sacerdotes desta diocese que reunam as qualidades indispensáveis para ocuparem algum cargo da Igreja.

Exmo. Sr., tomando na devida consideração, como é de meu religioso dever, o pedido que me fez V. Excia., tenho a honra de apresentar os nomes de alguns sacerdotes deste Bispado, os quais julgo estarem nas condições exigidas por V. Exc., em nome do Governo.

Na lista que ofereço a V. Exc. sigo a ordem de idade e dos serviços já prestados à Igreja, e ao Estado, sem que desta arte estabeleça qualquer outra preferência entre os apresentados, pois são todos igualmente dignos e capazes de bem se desempenharem de qualquer cargo eclesiástico.

São eles os seguintes:
Revmo. Clicério da Costa Lobo, idade, 59 anos
Revmo. Constantino Gomes de Matos, idade, 44 anos
Mons. Francisco Rodrigues Monteiro, idade, 44 anos
Revmo. Dr. José Leorne Menescal, idade, 38 anos
Revmo. Manuel Cândido dos Santos, idade, 37 anos
Revmo. Francisco Ferreira Antero, idade, 33 anos

Todos estes sacerdotes são filhos legítimos, de uma exemplar conduta, regular ilustração e muito dedicados à Santa Religião.

Poderia, felizmente, apresentar mais alguns nomes, pois que nesta Diocese contamos um bom número de sacerdotes distintos, deixo, porém, de fazê-lo por julgar que os já indicados são um número suficiente para uma escolha qualquer.

Sou com a mais perfeita estima e alta consideração, de V. Exc. Humilde Servo, Venerador e Criado - + Joaquim, Bispo do Ceará.

Fortaleza, 9 de fevereiro de 1888."

Dom José Pereira da Silva Barros, 22º bispo de Olinda e sucessor de D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira no Sólio Pernambucano, foi um que também se manifestou confirmando a indicação do futuro Cardeal Arcoverde e apresentando ainda mais dois candidatos.

Vejamos alguns tópicos de sua carta:

"Existem felizmente não poucos sacerdotes distintos pela conduta e pela ciência nesta Diocese, porém para o caso figurado por V. Exc. não devo indicar senão os Reverendos Dr. Jerônimo Thomé da Silva, Cônego Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti e Arcediago Dr. Luiz Francisco de Araújo.

Como nem todos os homens aptos para os cargos elevados o são igualmente para todos os lugares, pois que o meio onde têm de viver e agir deve ser levado muito em conta, julgo de meu dever dizer alguma cousa sobre a aptidão de cada um dos indicados.

O Dr. Jerônimo Thomé da Silva é distinto pela conduta, pelo avantajado talento e conhecimento das ciências profanas e eclesiásticas, é virtuoso, de gênio brando, cordato, inclinando-se à condescendência. Exerce o cargo de Promotor do Bispado, tendo-se distinguido na discussão de causas importantes.

O Cônego Joaquim Arcoverde é não menos distinto pela conduta moral, é dotado de talento e de ciências profanas e eclesiásticas. Seu gênio é algum tanto excitado, sua altivez toca algum tanto a orgulho, mas o critério e o sentimento religioso o moderam logo para o caminho da prudência. É Cônego da Catedral, foi distinguido com os louvores de Monsenhor pelo Santo Padre, sob informação minha, e ocupa hoje a cadeira de ensino da filosofia no Seminário."

Tendo em vista as ponderações do Bispo de Pernambuco quanto ao Cônego Joaquim Arcoverde, o Barão de Cotegipe fixou-se no nome do Padre Dr. Jerônimo Thomé da Silva mas não o encaminhou logo à Santa Sé para a devida nomeação.

Achou conveniente submetê-lo, ainda, à consideração do Arcebispo da Bahia, cuja resposta um tanto ríspida, decepcionou aquele Ministro:

"Padre Jerônimo não serve. Aponto o Padre Antônio Xisto Albano ordenado no Seminário de São Sulpício."

Em nossa opinião, dois motivos levaram D. Luís Antônio dos Santos a recusar o padre Dr. Jerônimo Thomé da Silva como seu bispo coadjutor: primeiro, ter o mesmo optado para exercer as suas atividades eclesiásticas na diocese de Pernambuco, quando muito poderia fazer pelo bispado cearense, tão carente de sacerdotes de sua envergadura; segundo, a amizade fraternal que o Arcebispo da Bahia mantinha com o Barão de Aratanha, pai do Padre Antônio Xisto Albano, um dos seus grandes colaboradores, quando 1º bispo do Ceará.

Ressalte-se que, naquela época, o Padre Antônio Xisto Albano era ainda jovem para o desempenho da função episcopal, pois contava menos de trinta anos de idade e dois apenas de sacerdócio.

Diante da recusa do Arcebispo da Bahia, Cotegipe, diplomata como era, não querendo melindrá-lo, apresentou o segundo nome da lista, o futuro cardeal Joaquim Arcoverde, o qual, entretanto, em carta de 3 de abril de 1888, agradeceu a distinção mas não aceitou a honraria.

Ocorreu, a saída de Cotegipe, com a ascenção do Gabinete do Conselheiro João Alfredo, quando então D. Luís Antônio dos Santos conseguiu a nomeação de um bispo coadjutor, mas sem direito a sucessão, na pessoa de D. Manuel dos Santos Pereira, mais tarde bispo de Pernambuco.

Agravando-se o seu estado de saúde, tornou-se hemiplégico, apresentando o pedido de renúncia da chefia da Igreja baiana, sendo o mesmo concedido em 26 de junho de 1890. Veio a falecer no dia 11 de março de 1891.

Tornando-se Sede Vacante, o Santo Padre Leão XIII indicou para o Sólio Arquiepiscopal da Bahia um ilustre filho da terra, talvez a maior figura atuante do Episcopado brasileiro, no Governo Imperial, o Imortal D. Antônio de Macedo Costa, incansável defensor dos direitos da Igreja e uma das vítimas da Questão Religiosa.

Havia trinta anos que dirigia a Igreja do Pará, uma vastíssima Diocese de 60.000 léguas quadradas, compreendendo praticamente a metade do território nacional, pois somente em 1894 seria criado o bispado do Amazonas, confiado a D. José Lourenço Costa Aguiar, cearense de Sobral.

D. Antônio de Macedo Costa foi até hoje o único baiano a ocupar a Mitra de seu próprio Estado, e mesmo assim por procuração, concedida em 18 de setembro de 1890 ao Vigário Capitular, D. Manuel dos Santos Pereira. É que, sentindo-se enfermo, foi tratar-se nos bons ares de Barbacena, em Minas Gerais, e ali faleceu no dia 21 de março de 1891.

Para sucedê-lo na diocese paraense foram indicados dois sacerdotes, ambos sobralenses.

O primeiro, Padre Salviano Pinto Brandão, vigário de Quixeramobim, era uma figura austera e reservada, com vocação mais para o claustro do que para a vida pastoral.

Recusou esta nomeação, preferindo continuar como vigário de minha cidade natal, onde permaneceu por quarenta anos, de 1875 a 1915, quando veio a falecer, já agraciado pela Santa Sé com o título de Monsenhor.

Meu pai, Miguel Fenelon Câmara, que o assistiu nos seus últimos dias de vida, ainda chegou a ver o ato de sua nomeação para Bispo do Pará.

O segundo candidato, Padre Dr. Jerônimo Thomé da Silva, teve a sua nomeação em 26 de junho de 1890, e viajando em seguida para Roma, ali foi sagrado bispo no dia 26 de outubro daquele mesmo ano, tendo como um de seus consagrantes D. Antônio de Macedo Costa, seu antecessor no Pará.

Uma coincidência interessante: nesta mesma solenidade litúrgica, recebeu também a sua sagração D. Joaquim Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque, que se iniciava no episcopado como

bispo de Goiás, sendo posteriormente transferido como bispo coadjutor de D. Lino Adeodato Rodrigues de Carvalho, cearense de Russas, na diocese de S. Paulo, e finalmente promovido a 2ª. Arcebispo do Rio de Janeiro, e 1º Cardeal, tanto do Brasil, como da América Latina, no pontificado de Pio X, hoje santo da Igreja católica.

Mais outra coincidência: alguns anos mais tarde, o Padre Antônio Xisto Albano seria também alçado às honras episcopais, como bispo do Maranhão, uma das dioceses mais antigas do Brasil, criada em 30 de agosto de 1677 pelo Papa Inocêncio XI, através da Bula "Inter Universas".

Como se verifica, os três nomes sugeridos para bispo coadjutor da Bahia vieram a integrar o nosso episcopado e até em condições melhores do que as propostas pelo Ministro Cotegipe.

Mas voltemos a focalizar a figura de D. Jerônimo Thomé da Silva, cuja passagem na chefia da Igreja paraense foi meteórica, porque dois anos depois, ou seja, no dia 12 de setembro de 1893, era preconizado como Arcebispo-Primaz da Bahia, novamente como sucessor de D. Antônio de Macedo Costa, tomando posse solenemente em 27 de fevereiro do ano seguinte.

Sua curta permanência no sólio paraense foi registrada com a conclusão das obras de sua Catedral e de várias cartas pastorais, a saber:

Carta Pastoral de saudação aos seus diocesanos, feita no dia de sua sagração episcopal (1890);

Carta Pastoral sobre o Jubileu Episcopal do Papa Leão XIII (1890);

Carta Pastoral sobre as obras pias e sagração da catedral de Belém (1892);

Carta Pastoral de despedidas quando de sua transferência para a sede primacial da Bahia (1894).

Na Arquidiocese baiana, onde ocupou a sua mitra por três décadas (1894-1924), D. Jerônimo teve um episcopado dos mais dinâmicos.

Percorreu pastoralmente, em longas e penosas viagens, aquela vasta arquidiocese, que compreendia os Estados da Bahia e Sergipe, para levar a sua palavra de fé ao seu rebanho.

Mais tarde, ele obteria da Santa Sé a criação das dioceses sufragâneas de Caetité (1914), Ilhéus e Barra (1915), e Aracaju, reduzindo, assim, a sua área de ação pastoral.

Diante da escassêz de padres, fundou a Obra das Vocações Sacerdotais, a fim de minorar esta situação, e estabeleceu também o retiro anual do seu clero, oportunidade em que procurava se inteirar e solucionar os problemas de cada sacerdote.

Formou um patrimônio para sua Arquidiocese e promoveu a defesa de propriedade do Palácio Arquiepiscopal, que no alvorecer da República estava sendo arrolado como bem do novo governo.

Transferiu para o domínio da Arquidiocese a "*Revista Eclesiástica da Bahia*", até então dirigida pela Irmandade de S. Pedro dos Clérigos.

Dotado de espírito conciliador, tentou inutilmente uma solução pacífica para Canudos, chegando mesmo a enviar o missionário capuchinho Frei João Evangelista de Monte Marciano para pregar ali uma missão e apelar aos seguidores de Antônio Conselheiro que retornassem aos seus lares, em suas cidades de origem.

Foi D. Jerônimo quem sugeriu ao Chefe da Nação a elevação da representação brasileira junto a Santa Sé à categoria de Embaixada, idéia prontamente aceita pelo Presidente da República.

A Igreja do Brasil, que constituía uma única Província Eclesiástica, foi dividida em duas através da Bula "Ad Universitatis Orbis Ecclésias" do Papa Leão XIII, datada de 27 de abril de 1892, sendo a Província do Norte sediada na Bahia, e a do Sul, localizada no Rio de Janeiro, cuja sede episcopal foi no ano seguinte elevada à categoria de Arcebispado, pelo Breve Apostólico "Apostolatus Officium", de 12 de setembro de 1893, do mesmo Pontífice.

A fim de facilitar o trabalho dos bispos, diante dos precários meios de comunicação e transportes, e também para dinamizar mais a sua ação pastoral, ele sugeriu ao Chefe da Cristandade, alguns anos depois, a criação de mais quatro Províncias Eclesiásticas no Brasil, localizadas em São Paulo, Mariana, Pernambuco e Pará.

Como Presidente da Província Eclesiástica do Norte, D. Jerônimo Thomé da Silva promovia a reunião de seus integrantes,

em diferentes capitais nordestinas, para tratar de assuntos de interesse da entidade, tal como procede hoje a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Itaici, São Paulo.

Em 1911, durante os dias 26 a 30 de julho, foi a vez de o Ceará sediar este importante Encontro que teve a participação de 2 arcebispos: D. Jerônimo Thomé da Silva, da Bahia, e D. Raimundo da Silva Brito, de Olinda e Recife; 8 bispos diocesanos: D. Thomaz Gomes da Silva, de Sergipe, D. Manuel Antônio de Oliveira Lopes, de Alagoas, D. Augusto Álvaro da Silva, de Floresta, em Pernambuco, e mais tarde sucessor de D. Jerônimo no arcebispado da Bahia, D. Joaquim de Almeida, do Rio Grande do Norte, D. Adauto Miranda de Oliveira Henriques, da Paraíba, Joaquim José Vieira, do Ceará, D. Francisco de Paula e Silva, do Maranhão, D. Frederico Benício, do Amazonas, o qual mais tarde renunciou ao cargo para tornar-se monge camalduense, e um Prelado, D. Amando, bispo da Prelazia de Santarém, no Pará.

Anteriormente, ou seja, em 1899, vamos encontrar D. Jerônimo Thomé da Silva em Roma, participando ativamente do Concílio Plenário Latino-Americano e, por ser o Primaz do Brasil, teve a prerrogativa de pontificar na sessão solene de inauguração e, depois, fazer a saudação ao Papa Leão XIII, em nome dos presentes, pronunciamento este na língua latina e em estilo fluente e agradável, como revela um de seus biógrafos.

O Ceará deve ao nosso homenageado de hoje a escolha dos dois bispos coadjutores que tivemos no episcopado de D. Joaquim José Vieira: os baianos, D. Manuel Antônio de Oliveira Lopes e D. Manuel da Silva Gomes, este último, mais tarde, seu sucessor na chefia da Igreja cearense.

Antes, o nosso 2º Bispo tentou uma solução cearense, como afirmou em uma de suas Cartas Pastorais:

"Depois de sondar o ânimo de diversos sacerdotes cearenses que se mostraram esquivos, dos quais nada menos de cinco haviam recusado a missão episcopal."

Desde a última Regência da Princesa Isabel que o Governo Imperial tentava obter para o Brasil a criação de um cardinalato,

tendo o Gabinete do Conselheiro João Alfredo, em ofício datado de 27 de abril de 1888, dado credenciais ao Ministro Sousa Correia para tratar do importante assunto junto ao Papa Leão XIII, não obtendo, porém, o êxito desejado nesta missão.

O assunto voltou novamente a ser reivindicado no Gabinete Liberal do Visconde de Ouro Preto, quando se tratou de programar as festividades do Jubileu de Reinado do Imperador Pedro II, a ser comemorado em julho de 1890.

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, veio porém retardar mais uma vez os planos dos dois gabinetes imperiais.

Caberia ao Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores do Governo Rodrigues Alves, reencetar as negociações com a Santa Sé, finalmente coroadas de êxito com a escolha do arcebispo do Rio de Janeiro D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti no Consistório realizado pelo Papa Pio X, hoje santo da Igreja Católica, em 11 de dezembro de 1905.

Isto porque D. Jerônimo Thomé da Silva recusou sistematicamente o convite da Santa Sé, que por direito lhe cabia, declinando do cardinalato em favor de seu colega Arcebispo do Rio de Janeiro.

Teria sido o 1º Cardeal do Brasil e também da América Latina, se a tônica deste abnegado Pastor não fosse a modéstia, preferindo ele continuar apenas como Arcebispo Primaz da Bahia, onde veio a falecer no dia 19 de fevereiro de 1924, sendo sepultado na capela do Santíssimo Sacramento da Catedral de Salvador.

Ao reverenciar a memória de D. Jerônimo Thomé da Silva pela decorrência no dia 12 de junho de 1999 dos 150 anos de seu nascimento, presto também a minha homenagem ao inesquecível sócio honorário do Instituto do Ceará, como registra o Barão de Studart, em seu *Dicionário Bio-Bibliográfico*, ao evocar a figura deste grande cearense, uma das glórias do Episcopado brasileiro!